Dossiê: Violência e violações de direitos no campo em América Latina

Apresentação

Silvia Beatriz Adoue[1]

A dominação no campo em América Latina é resultado direto da matriz produtiva agroexportadora que marca a região desde a conquista. É o que pode ser concluído a partir dos artigos que compõem o dossiê que ora apresentamos. A manutenção da estrutura fundiária necessária à reprodução dessa matriz só pode ser defendida com violência e violação de direitos elementares. Antes de mais nada, porque essa estrutura fundiária entra logo em contradição com a promessa democrática de "terra e liberdade" formulada nos ideários das lutas pela independência do século XIX.

Ao contrário, a constituição dos Estados de costas para a nação[2] em América Latina frustrou as expectativas que inspiraram os projetos independentistas. "Terra e liberdade" supunha o fim da exploração por espoliação dos territórios: dos bens comuns e da força de trabalho. O fim da transferência para o modo de produção capitalista de valor que surge de outros modos de produção, transformados em subalternos. Assim, a reprodução da força de trabalho em América Latina vai disponibilizar trabalhadores susceptíveis de intensa exploração. Além do controle das áreas cultiváveis, na forma de apropriação ou de avanço da fronteira de produção dominada hoje pelas grandes cadeias produtivas.

O artigo "Educação e Direitos Humanos: a participação do PRONERA na construção da Educação do Campo", de Ricardo Pires de Paulo, Bernardo Mançano Fernandes, Eduardo Paulon Girardi e Ronaldo Celso Messias, aborda a educação como direito humano negado à população do campo. A investigação mapeia os avanços e limites das políticas públicas orientadas à educação do campo e o papel que o PRONERA vem desempenhado nesse sentido. Destaca a relevância dessas políticas para que luta pela reforma agrária não se esvazie, ao apontar para a continuidade da presença dos jovens nas atividades produtivas no campo.

---

1 Professora da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara

2 Ver http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10316 e http://www.unesp.br/aci/debate/100610-silviabeatrizadoue.php.

O artigo "A memória da repressão e violência no campo em tempos da Comissão Nacional da Verdade", de Adriana Rodrigues Novais, que abre a série, trata dos levantamentos do grupo de trabalho da Comissão Nacional da Verdade do Brasil dedicado à violação dos direitos humanos dos camponeses e dos indígenas. Se é certo que essa prática se instalou no território brasileiro desde a conquista europeia, o período investigado coincide com grandes transformações no campo, inauguradas com a implantação dos pacotes tecnológicos da chamada "revolução verde", que permitiram o avanço do capital agroexportador sobre áreas antes não cultiváveis. Isto é, sobre territórios de povos tradicionais, indígenas ou formados pelo processo de caboclagem. Esse avanço só pode ser realizado com a aplicação de políticas de terror de Estado nas suas diferentes modalidades. E, pelos números apontados pela pesquisadora, não resulta gratuito pensar na expansão desses capitais como uma causa forte para a instalação da ditadura a partir de 1964. Adriana Rodrigues Novais ainda analisa a continuidade da violação dos direitos humanos no campo brasileiro depois do retorno a uma sucessão de governos civis, sem que a superação matriz produtiva agroexportadora apareça no seu horizonte programático. Mais uma vez frustrada a promessa de reforma agrária, a espoliação de terras e da energia humana, na forma de força de trabalho, exige a continuidade das práticas de violência no campo.

O artigo "Curuguaty y Ñacunday: lucha por la tierra y golpe de Estado en Paraguay", de Cecilia Vuyk, é uma contribuição para pensarmos a luta pela terra no centro da conjuntura política de América Latina. A investigação sobre o massacre de Marina Kue, em 2012, coloca o episódio na linha do tempo da história recente de Paraguai, uma história que tem suas raízes na destruição do projeto de desenvolvimento interno, por meio da Guerra da Tríplice Aliança e o disciplinamento do país no modelo agroexportador, que o levou a se tornar campeão em concentração da propriedade da terra. Essa estrutura fundiária vem se aprofundando com o avanço da fronteira da soja, fundamentalmente operada por proprietários brasileiros ou "brasilguaios", provocando o deslocamento de camponeses para a migração e para a periferia das cidades, mas também para acampamentos de beira de estrada: os "carperos". Eles permaneceram ali reclamando pelas terras griladas, mecanismo mais difundido de concentração de terras. O papel do Estado brasileiro como vetor dessa especialização produtiva em toda a região é amplamente tratado pela autora. Mas o estudo específico de Marina Kue nos apresenta um caso paradigmático da interrupção dos projetos democratizantes como resultado da manutenção da matriz agroexportadora e por tanto dependente, incompatível com a democratização do acesso à terra. Sendo Marina Kue e o processo de recuperação de terras griladas a pedra de toque da interrupção do governo democrático pelo golpe institucional contra o governo Fernando Lugo.

O artigo da pesquisadora Vannessa Morales Castro "La paz en Colombia: tenencia y redistribuición de la tierra" traça um histórico da violência e da guerra civil no país a partir do adiamento sucessivo da reforma agrária e da expansão do agronegócio exportador como marco para a expansão dos cultivos de coca entre os pequenos proprietários. A investigação da pesquisadora é elucidativa das relações dinâmicas entre o crescimento do narcotráfico e a ausência de reforma agrária, assim como do enraizamento da cultura da violência com base material no aprofundamento da inserção dos territórios nas cadeias dominadas pela especialização produtiva na região. Com origem na revolução democrática abortada em várias ocasiões, justamente porque ameaçava o modelo agroexportador e a conseguinte dependência econômica, a violação dos direitos humanos no campo se apresenta como práticas da contrar-

revolução preventiva. É no bloqueio dos mecanismos democráticos que surge a guerrilha. E é na necessidade de "manter em linha" os camponeses que surgem as ações paramilitares e a expulsão de população rural para o controle dos territórios, fenômeno conhecido como "desplazamiento". Para Vannessa Morales Castro, é na ausência de reforma agrária que é preciso procurar as causas da violência no campo também na Colômbia.

O artigo de Ettore Dias Medina "O acidente de trabalho na voz dos operários: considerações sobre o testemunho e a memória operária em uma obra de Antonio Possidonio Sampaio" é complementar o trabalho anterior, uma vez que coloca o foco na reconfiguração das classes trabalhadoras provindas do campo, e que migraram para a cidade nesse contexto de avanço do capital sobre novos territórios. O pesquisador analisa a obra de literatura de testemunho do escritor Antonio Possidonio Sampaio "A capital do automóvel: na voz dos operários", publicada em 1979. O livro dá conta da estrutura de sentimentos presente nesses camponeses expropriados da terra e transformados em força de trabalho disponível para a indústria em crescimento. Se a violência esteve presente na sua expulsão do território de origem, ela se instala como uma permanência no próprio ambiente de produção e reprodução urbano para o qual esses trabalhadores foram empurrados. Violência esta que se plasma na forma de desenraizamento, de exploração intensiva e os consequentes acidentes de trabalho que ela impõe, ou de repressão pura e simples a qualquer forma de resistência. Ettore Dias Medina não apenas estuda a matéria da que trata essa literatura, mas também do esforço da literatura para representar. A representação de e para os trabalhadores dessa realidade é a possibilidade de colocar sua biografia na linha do tempo histórico, politizar suas desgraças, reconhecer as relações causais presentes na cadeia de sofrimentos e superar a condição de objetos da violência. É um primeiro passo, necessário, para a ação eficiente que interrompa essa cadeia causal.

Por úiltimo, o artigo "Agronegócio, desenvolvimento e territórios indígenas tradicionais: os desafios dos direitos humanos em Mato Grosso do Sul", de Getúlio Lima e Antonio Urquiza, faz um repasso da redução do território indígena e do processo de mercantilização das suas terras em Mato Grosso do Sul. Ao mesmo tempo, analisa os interesses do em jogo e o papel eficiente da violência para o avanço do projeto de especialização produtiva sobre o território do estado. Essa expropriação das terras indígenas ao mesmo tempo disponibiliza áreas cultiváveis e força de trabalho a baixíssimo preço.

Os seis artigos apontam para uma mesma questão. A estrutura agrária e a matriz produtiva agroexportadora como causas da violência no campo. Todos contribuem para pensar este momento da reestruturação e especialização produtiva na América Latina. Esperamos que esta série contribua para o reconhecimento das bases materiais da violência e seu combate mais eficiente.